

ATA DA LXXXVII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar - Centro - Florianópolis

DATA: 22/04/03

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Fernando Coruja Agustini, Carmem Zanotto, Flávio Magajewski, Raquel Ribeiro Bittencourt, Sônia Maria Machado de Souza, Arion Bet Godoi, Rosina Moritz Silveira, Maria Teresa R. Locks, Selma Loch e Luis Antônio Silva.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Edson José Adriano (Blumenau), Eroni Coelho (Içara), Tânia Eberhardt (Joinville), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Teresinha Niehues (São Pedro de Alcântara), Silvano de Pariz (Quilombo), Manoel Américo de Barros Filho (Florianópolis), Aline Mainardi (Schroeder), Genair Lourdes Bogoni de David (Concórdia) e José Francisco Mora (Flor do Sertão).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LXXXV Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 15 min, sob a coordenação de Fernando Coruja Agustini, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Ofício 1541/GEVIM/03, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, encaminhando o resultado parcial da Campanha de Vacinação do Idoso;
- Ofício 057/03, da Secretaria de Saúde de Itajaí, solicitando intervenção no processo de credenciamento da UTI Neonatal do Hospital Marieta Konder Bornhausen;
- Ofício 3127/03, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, solicitando aprovação da adesão ao Programa Bolsa Alimentação do Município de Iraceminha;
- Ofício 226/03, da Secretaria de Saúde de Lages, solicitando credenciamento da UTI do Hospital Infantil Seara do Bem;
- Ofício 177/03, da Secretaria de Saúde de Mafra, solicitando a inclusão dos medicamentos Gabapentina e Metotrexato na relação dos medicamentos excepcionais /alto custo da SES;
- Justificativa de ausência da secretária Marlene Possan Foschiera (Chapecó);
- Ofício do Cosems substituindo os membros Círio de Almeida e Marli Agostini por Genair de David e José Francisco Mora na representação da CIB/Cosems.

ITEM I – PROGRAMAÇÃO PACTUADA E INTEGRADA

O Gerente de Programação e Orçamento da SES, Arion Bet Godoi, informou que foram realizadas na primeira quinzena de abril as oficinas da PPI em 16 regiões, faltando a Regional de São Miguel do Oeste e de Florianópolis, e que conseqüentemente não foram assinados os protocolos de intenção de pactuação das mesmas. Disse que, de acordo com o cronograma, os trabalhos deveriam ser concluídos até 16 de abril, porém, a comissão de trabalho decidiu solicitar à CIB a prorrogação da consolidação da PPI por mais 30 dias, a fim de concluir as oficinas faltantes, assim como as oficinas da Assistência Hospitalar. Concluiu dizendo que a comissão de trabalho da PPI criou uma sub-comissão com três membros da SES e três do COSEMS para estudar a questão da Assistência Hospitalar, fazendo todo o levantamento necessário para que na próxima reunião da CIB seja pactuada a PPI hospitalar e ambulatorial. O Coordenador CIB/COSEMS, Edson Adriano, disse que em reunião do COSEMS discutiram a possibilidade de prorrogar o prazo da PPI por mais 60 dias, e que quando do Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde a realizar-se em Belo Horizonte, o COSEMS faria contato com outros estados para saber do andamento do processo. Manifestou prioridade no assunto, sugerindo que fosse chamada a nova equipe do Ministério da Saúde para saber se há outra orientação a respeito do processo.

Ficou pactuado que o prazo seria estendido por mais 60 dias.

O Secretário Manoel Américo (Florianópolis) chamou a atenção dos colegiados regionais,

dizendo que a CIB é a única instância de pactuação. Com essa observação, disse que defendia o direito do cidadão ao acesso à saúde, conduzido de forma eficiente e suficientemente organizada, bem como a defesa dos mecanismos de pactuação. Disse que esses dois mecanismos têm orientado o Secretário de Florianópolis.

A Secretária Terezinha Niehues (São Pedro de Alcântara), ressaltou que houve uma pactuação entre a SES e os municípios presentes na reunião do Colegiado da Granfpolis, em que os municípios seriam os administradores do documento que os pacientes ora entregavam na Policlínica de Referência Regional, como forma de facilitar o acesso do usuário ao serviço.

ITEM II – Levantamento Clínica APAR Vida – TRS São José

A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema de Saúde/SES, Maria Teresa Locks, disse que, conforme a solicitação feita pela CIB, foi elaborado um levantamento da Clínica, no qual se pôde constatar que é uma sociedade de cotas de responsabilidade Ltda., com três sócios, e que os equipamentos foram adquiridos sem a participação de recursos públicos municipal, estadual ou federal.

A Secretária-Adjunta Carmem Zanotto esclareceu que houve o credenciamento da clínica com toda a vistoria necessária, com o pedido e a correção de documentos solicitados pela SES. Segundo ela, dessa forma, não será possível descredenciá-la. Disse que a proposta da SES é de retirar os 46 pacientes do município de São José que estão sendo atendidos em Florianópolis, para fazer o tratamento de TRS em São José. Paralelo a isso, que sejam informados através de um documento, todos os especialistas dessa área, de quais são os trâmites para cadastramento de clínicas, reforçando a deliberação da CIB a respeito de serviço de TRS. Finalizou dizendo que seja repassado o teto financeiro correspondente aos pacientes de São José.

O Coordenador CIB/COSEMS perguntou se os usuários da clínica privada do Hospital de Caridade seriam transferidos para São José.

A Diretora Maria Teresa, confirmando a proposta, disse que, conforme levantamento feito na clínica privada, a média/mês/atendimento é de 198, sendo que desses, 45 são do município de São José; no Hospital Celso Ramos a média/mês é de 46 atendimentos, e no Hospital Universitário é de 10 atendimentos.

O Secretário Manoel Américo disse que mais importante que notificar as clínicas privadas, é informá-las dos investimentos públicos feitos. Sugeriu que fosse aberto um processo de licitação na questão das clínicas privadas, como forma de adquirir serviços com um preço menor do que a própria tabela do SUS.

A Gerente de Regulação da Assistência da SES, Selma Loch, manifestou sua preocupação na questão dos novos cadastramentos, bem como das transferências de tetos relacionadas à capacidade do poder público de controlar a transferência de pacientes.

O Secretário Manoel Américo disse que nesse caso demandaria uma auditoria da SES e Conselho Regional de Medicina, para saber se o paciente necessita ou não da terapia.

A Diretora Maria Teresa disse que na última reunião da CIB ficou deliberado que seriam feitas auditorias mais profundas do que operativas, iniciando pela cardiologia e após a TRS.

O Secretário Hélio disse que, de acordo com uma decisão da CIB/2001, para efetivação do credenciamento não poderia haver nenhuma pendência, assim como só esgotada a capacidade dos serviços instalados seria aberta possibilidade para novos credenciamentos, especificamente para TRS. Solicitou que fosse revogada tal decisão, visto não estar sendo cumprida, bem como apurar as responsabilidades. Perguntou se os pacientes novos da Grande Florianópolis irão também para a Clínica de São José.

A Secretária-Adjunta disse que os pacientes transferidos serão só os de São José, devido à redistribuição do teto financeiro. Concordou com a argumentação do Secretário Hélio quanto ao descumprimento da decisão, porém defendeu a não revogação por se tratar de uma situação acontecida em outro momento, e que agora deverá ser cumprida.

O Coordenador CIB/SES, Fernando Agustini, disse que foi constatado que não houve investimento público nas máquinas instaladas na Clínica. Segundo ele, efetivado o credenciamento, a SES tem que repassar o teto financeiro para evitar uma demanda jurídica. Disse que é preciso pensar no futuro, e que a proposta é discutir um sistema de regulação com protocolos definidos para esses serviços, assim como a reunificação do teto financeiro. Mencionou que a SES fará uma reunião com o Presidente da Associação Catarinense de Cardiologia, para discutir o assunto, e posteriormente serão chamados os Secretários Municipais de Saúde.

O Secretário Manoel Américo parabenizou o Coordenador CIB/SES pela intenção de criar

protocolos para os serviços, pois disse achar que isto seja uma das primeiras contribuições para a auditoria. Quanto à proposta de reunificação do teto, disse que concorda e acha que deve ser aplicado na questão em discussão, pois o único gestor nesse caso é o estadual. O Coordenador CIB/COSEMS disse que o COSEMS apóia a proposta da SES em manter credenciados os serviços da Clínica APAR Vida. O Secretário Hélio defendeu que se entenda revogada a decisão da CIB de 18/09/01 a respeito das regras para credenciamento de serviços, até que se estabeleçam novos critérios, evitando incoerência como credenciar novos serviços em regiões que já os possuem.

A Secretária-Adjunta disse achar temerária a revogação da decisão, pois a situação que a CIB está resolvendo foi criada num outro momento, bem como, se for revogada estarão desprotegidos de normas para outras ocasiões.

O Secretário Hélio se absteve da decisão, solicitando que fosse registrado o não cumprimento de uma regra, e que não será ele/Secretário de Rio do Sul, que receberá reclamação de outros serviços por incoerência da Mesa.

O Coordenador CIB/SES reforçou que concorda com o Secretário Hélio, porém, segundo ele, não adiantaria descredenciar ou não repassar o teto, pois há uma questão jurídica nebulosa neste caso. Propôs que a decisão da CIB/2001 seja discutida no futuro.

Ficou pactuado que seriam transferidos 46 pacientes de Florianópolis para São José.

ITEM III – Pactuação Recursos Multivacinação

O Diretor de Vigilância Epidemiológica, Luis Antônio Silva, apresentou a proposta de utilização dos recursos para a Campanha Nacional de Vacinação contra Gripe (já em execução) e Poliomielite, conforme anexo.

A Gerente de Vigilância de Doenças Imunopreveníveis e Imunização, Leonor Gamba Proença, solicitou urgência quanto à proposta de realização das capacitações.

O Secretário Manoel Américo colocou que o gasto com treinamento para ensinar o enfermeiro, técnico de enfermagem e auxiliar de enfermagem a vacinar, lhe parece pouco coerente, pois este ensinamento já deveria estar contido na formação dos mesmos. Solicitou esclarecimentos a respeito.

A Gerente Leonor esclareceu que em 1998 foi baixada uma portaria estabelecendo o credenciamento de sala de vacinação. Disse que há um processo de conversação com a Universidade para que os profissionais enfermeiros recebam informações a respeito de vacinas quanto à sua aplicação, uso, evento adverso e conservação. Ressaltou que o assunto deveria ser discutido em pauta de reunião, pois existem legislações vigentes inclusive com relação à perda de imunobiológicos por descuido, e isso tem gerado um custo muito grande ao Estado. Acrescentou que existe a necessidade de ter um profissional habilitado na sala de vacinação, pelo benefício da vacina e pelos cuidados que se deve ter. Por este motivo defende a preservação dos treinamentos, bem como a qualidade dos mesmos.

A Secretária Teresinha disse que não é contra as capacitações, porém deveriam acontecer o mais rapidamente possível. Perguntou se a capacitação não está incluída na PPI da Vigilância Epidemiológica.

O Diretor Luis Antônio esclareceu que os custos apresentados são aqueles mais diretos da campanha de vacinação usados dos recursos próprios do Estado, e parte dos recursos da PPI ECD que estão disponíveis nos municípios, podem ser utilizados em qualquer ação de vigilância epidemiológica, incluindo a questão da vacinação. Quanto às capacitações, disse que há uma rotatividade muito grande dos profissionais que recebem treinamento.

A Gerente Leonor colocou que a proposta da capacitação em sala de vacina foi apresentada de forma mais concentrada, capacitando mais pessoas ao mesmo tempo para se obter um melhor resultado.

A Secretária Genair de David (Concórdia) propôs que os enfermeiros responsáveis pelas salas de vacinas fossem os multiplicadores dos treinamentos.

A Gerente Leonor esclareceu que o Ministério da Saúde determina que os monitores de sala de vacinação sejam credenciados pelo Ministério, e dessa forma, há necessidade de fazer um novo treinamento para monitores em Santa Catarina.

A Secretária-Adjunta registrou que não é contra as capacitações, mas há necessidade de buscar uma alternativa junto ao Ministério da Saúde, pois existe um número maior de enfermeiros hoje nos municípios. Sugeriu que parte dos recursos fossem usados para a capacitação de mais enfermeiros multiplicadores, como forma de obter treinamento permanente nos municípios.

O Coordenador CIB/COSEMS reforçou a questão da necessidade de discutir com o Ministério

da Saúde as capacitações, e parabenizou a Diretoria de Vigilância Epidemiológica pela forma transparente de apresentar o uso dos recursos para as campanhas de vacinação. Por fim, aprovou-se a proposta de utilização dos recursos para a campanha nacional de vacinação contra poliomielite (cujo montante de recursos proveniente da Funasa/Ministério da Saúde deve ser repassado diretamente ao Fundo Estadual de Saúde), de acordo com a planilha anexa, recomendando-se que, para as próximas campanhas, a CIB seja ouvida com maior antecedência.

ITEM IV – Informe Pactuação Medicamentos DST/AIDS e Preservativos Masculinos

O Diretor Luis Antônio informou que a deliberação 05/CIB/03 demonstra a pactuação efetuada ad referendum. Informou que o Estado de Santa Catarina, através de uma câmara técnica composta pelo COSEMS e SES, definiu as responsabilidades do Estado e dos Municípios na questão dos medicamentos para Infecções Oportunistas, Doenças Sexualmente Transmissíveis e para Preservativos Masculinos (com respectivos quantitativos).

O Coordenador CIB/COSEMS sugeriu que fosse feito um adendo de esclarecimento na questão dos preservativos, informando que o que consta da Deliberação refere-se apenas aos 33 municípios contemplados com incentivo. E que quanto aos medicamentos para infecções oportunistas e DST, a Deliberação vale para os 293 municípios catarinenses, desde que considerada a possibilidade de computá-los como contrapartida da Farmácia Básica. Por último, solicitou a inclusão no SIFAB, dos medicamentos que ainda não estão listados.

A Secretária-Adjunta Nanci Zimmermann (Jaraguá do Sul) confirmou que participou da câmara técnica, e que houve um entendimento de que os medicamentos poderiam ser adquiridos pela contrapartida do município na Farmácia Básica, porém, teria que constar no SIFAB para poder ser incluído.

A Secretária Teresinha disse que o município não tem condições de incluir os medicamentos de DST, pois recebe em torno de R\$ 600,00 das três esferas para a farmácia básica, e que gasta mais de R\$ 1.500,00 do Fundo Municipal de Saúde para tal.

O Secretário Hélio (Rio do Sul) disse concordar com a colocação da Secretária Teresinha e que a SES precisa apresentar à Mesa uma política geral na área de DST/Aids para Santa Catarina. Segundo ele, não se pode trabalhar apenas com esses incentivos.

O Diretor Luis Antônio ponderou que os municípios que não têm condições de assumir os medicamentos de DST na sua Farmácia Básica, devem observar o que isso representa em termos de impacto quantitativo e financeiro para que se obtenham dados que permitam a avaliação da situação posteriormente.

ITEM V – Informe Relatório Auditorias

A Diretora Maria Teresa apresentou à Mesa Relatório de Auditorias do Mês de março, conforme anexo.

ITEM VI – Transferência Teto Litotripsia Itajaí – Blumenau / Joaçaba - Lages

O Coordenador da CIB/COSEMS manifestou-se propondo a retirada do item da pauta para que obtivessem maiores informações sobre a situação, e discutir na próxima reunião.

O Diretor de Planejamento da SES, Flávio Magajewski, disse que houve um descompasso no que foi pactuado, e na informação para o prestador de serviços, mas que já foi comunicado que a situação estaria normalizada naquela semana.

A Secretária-Adjunta esclareceu que a questão de Lages/Joaçaba foi que em novembro/2002 foi retirado o teto financeiro da Plena de Lages porque Joaçaba atenderia os pacientes da LEOC. Disse que, como Joaçaba não foi credenciado por não ter sido publicada a portaria, Lages atendeu alguns pacientes fora da 8ª Regional de Saúde não tendo recebido recurso. Mencionou que a proposta da SES é pagar os serviços feitos em Lages e publicar o credenciamento que já estava autorizado. Propôs deliberar a questão de Joaçaba/Lages, tendo sido pactuada, conforme parecer anexo.

Quanto à transferência Itajaí/Blumenau, houve suspensão para a próxima reunião.

O Gerente Arion reforçou que não será feita nenhuma transferência de recurso financeiro de Joaçaba para Lages, pois na próxima competência o recurso ficaria no município de Joaçaba, já credenciado.

ASSUNTOS GERAIS

A Secretária-Adjunta informou que foi recebido do Ministério da Saúde um informativo solicitando o não encaminhamento de pedidos de credenciamento sem que seja redistribuído o

recurso do Estado. Acrescentou que todos os pedidos de credenciamento estão sendo vistoriados, e que serão credenciados de uma só vez quando houver recurso financeiro novo. A Secretária Dalva Rhenius (Itajaí) manifestou a dificuldade que Itajaí está enfrentando na questão do credenciamento da UTI neonatal. Disse que o pedido foi feito em maio/2002, e que o Hospital Marieta Konder Bornhausen foi vistoriado, tendo sido solicitada a composição de uma equipe multiprofissional. Acrescentou que hoje estão com uma equipe multiprofissional funcionando, atendendo 100% dos serviços. Finalizou solicitando uma posição da CIB o mais rápido possível, pois correm o risco de o serviço ser desativado.

O Coordenador da CIB/SES disse que existem 45 pedidos de credenciamentos, e que a situação é difícil, pois o Ministério da Saúde diz que para credenciar, o recurso tem que ser do teto do Estado, não tendo possibilidade de recursos novos. Esclareceu que os credenciamentos podem acontecer desde que os municípios de Gestão Plena usem o recurso do seu próprio teto. Disse que a SES está trabalhando numa perspectiva de buscar recursos de três maneiras: a primeira é de ampliar o teto federal, a segunda de poder alocar os recursos que o Tesouro do Estado precisa colocar no Fundo, e a terceira é ter uma política interna de gerenciamento que permita menor gasto e maior arrecadação. Completou dizendo que os municípios de Gestão Plena absorvem quase que 50% dos recursos do Estado, e que há necessidade de avaliar a situação e aguardar a questão federal sem atropelos.

A Secretária Dalva disse entender a situação, mas gostaria de um diálogo da SES com o Hospital Marieta, tendo em vista que é um órgão público e não teve a preferência devida no seu credenciamento, e que o município de Gestão Plena não fechou os serviços e atende toda a região.

O Gerente Arion informou que existe um número maior de pedidos de credenciamentos na questão da média complexidade. Disse que nas Oficinas da PPI foi informado que os credenciamentos poderiam ser feitos desde que o teto financeiro tivesse no município. Quanto à questão dos recursos novos, disse que já ficou definido pela comissão da PPI que deve ser estudado em conjunto para avaliar e priorizar os serviços a serem implantados.

Aprovada a habilitação do Município de Iraceminha no Programa Bolsa Alimentação.

Nada mais havendo a tratar, eu, Marcelo Pinter Alves, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 22 de abril de 2003.